


DE PERTO NINGUÉM É NORMAL!

UP CLOSE NOBODY IS NORMAL!

¡DE CERCA NADIE ES NORMAL!

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-149>

Data de submissão: 10/06/2025

Data de publicação: 10/07/2025

Fabiana Wanderley de Souza Moreira

Doutora em Psicologia Cognitiva. Professora Associada da UFRPE e Diretora Científica da Cognvox.

E-mail: fwsmoreira@gmail.com

Georgia Daniella Feitosa de Araújo

Mestre em Educação, Cultura e Identidades. Gerente Pedagógica da Cognvox, Psicopedagoga e Professora da Sala de Recursos Multifuncionais.

E-mail: geofeitosa04@gmail.com

Aristides José de Oliveira Neto

Especialista em Neuroeducação, Psicopedagogia e Educação Inclusiva. Gerente Operacional da Cognvox.

E-mail: aristides@cognvox.com.br

RESUMO

O artigo critica as práticas pedagógicas e discursivas que estigmatizam pessoas com deficiência no ambiente escolar, criando uma "cultura dos incapacitados" que leva ao fracasso escolar. Inspirado na mitologia de Procusto, aponta como essas práticas normalizadoras excluem e hierarquizam, reforçando um "darwinismo perverso". No século XX, o discurso médico-psicológico, influenciado por movimentos como o dos higienistas, moldou a Educação Especial, segregando os "diferentes". A partir dos anos 80, a perspectiva pedagógica ganha força, promovendo inclusão, cidadania e respeito às subjetividades. Contudo, o texto questiona se essas mudanças superaram a exclusão, alertando para a persistência de discursos normalizadores.

Palavras-chave: Exclusão. Normalização.

ABSTRACT

The article criticizes pedagogical and discursive practices that stigmatize people with disabilities in the school environment, creating a "culture of the disabled" that leads to academic failure. Inspired by the mythology of Procrustes, it highlights how these normalizing practices exclude and hierarchize, reinforcing a "perverse Darwinism." In the 20th century, medical-psychological discourse, influenced by movements such as the hygienists, shaped Special Education, segregating those who were "different." Beginning in the 1980s, the pedagogical perspective gained strength, promoting inclusion, citizenship, and respect for subjectivities. However, the text questions whether these changes have overcome exclusion, warning of the persistence of normalizing discourses.

Keywords: Exclusion. Normalization.

RESUMEN

El artículo critica las prácticas pedagógicas y discursivas que estigmatizan a las personas con discapacidad en el ámbito escolar, creando una "cultura de la discapacidad" que conduce al fracaso académico. Inspirado en la mitología de Procusto, destaca cómo estas prácticas normalizadoras excluyen y jerarquizan, reforzando un "darwinismo perverso". En el siglo XX, el discurso médico-psicológico, influenciado por movimientos como el higienista, moldeó la Educación Especial, segregando a quienes eran "diferentes". A partir de la década de 1980, la perspectiva pedagógica cobró fuerza, promoviendo la inclusión, la ciudadanía y el respeto a las subjetividades. Sin embargo, el texto cuestiona si estos cambios han superado la exclusión, advirtiendo sobre la persistencia de discursos normalizadores.

Palabras clave: Exclusión. Normalización.

1 TEXTO INTEGRAL

O título, do presente artigo, é uma provocação, uma contraposição teórico- metodológica às construções discursivas e as práticas pedagógicas observadas no locus escolar e no meio social. O caráter normalizador e estigmatizador formam no ambiente escolar o que Macdermott (1995) denominou de “cultura dos incapacitados”, o que leva, sistematicamente, ao fracasso escolar das pessoas com deficiência. Macdermott verificou que estas mesmas tarefas aplicadas nas comunidades de práticas e nos respectivos contextos resultam em sucesso cognitivo e em aprendizagem. Assim, os mecanismos de exclusão, constroem um processo, por vezes, silencioso e perigoso de seleção entre os “mais capazes e os menos capazes”; “os que aprendem e os que não aprendem”, amalgamando a assertiva: “a pessoa com deficiência não aprende!”. É uma espécie de darwinismo perverso, no qual, “os que vencem” as etapas seletivas recebem a insígnia de: “capazes e produtivos”.

Podemos também refinar a nossa discussão trazendo a mitologia que evoca a figura de Procusto, e não é desconhecida do meio acadêmico e literário. Segundo a lenda grega Procusto, era um bandido que oferecia sua hospitalidade aos viajantes perdidos. Ele deitava-os sobre uma cama de ferro e, se os corpos fossem mais longos do que a cama, ele cortava-os até que coubessem nos limites do ferro. Se fossem mais curtos, esticava-os violentamente. Era, por assim dizer, um **normalizador**.

Numa perspectiva verticalizada podemos analisar que, a história da deficiência intelectual tem sido um constante processo de apropriação por práticas discursivas normalizadoras de ordem psiquiátrica, psicológica, pedagógica e política. Essas múltiplas práticas discursivas, no entanto, não são elaboradas pelos seus protagonistas, mas são engendradas por intelectuais das áreas da Psicologia e da Educação que aparecem como “porta-vozes” dos mesmos. Esses profissionais passam a utilizar uma linguagem sistemática, analítica, demonstrativa, heurística que pertence ao universo da cultura letrada, acadêmica, clínica, anexado à “normalidade” da razão analítica. Ou seja, os estudos acerca do dito “deficiente intelectual” tratam-no, a partir da localização discursiva, de um objeto de sociedade e de cultura, mas ele mesmo não se faz presente, senão como campo, como temática, como objeto de avaliação. Ele não pode nos ouvir, e, nesse sentido, estudá-lo é tratá-lo como exterior, como outro de nós pesquisadores: em outras palavras, trata-se de um discurso da exclusão (Wanderley, 1997).

Estes discursos e práticas foram construídos ao longo da história da humanidade. No século passado, por exemplo, com a criação de institutos especializados para deficientes mentais (D.Ms), as práticas discursivas receberam influência maciça de um modelo médico/psicologizante, impregnadas das concepções de invalidez, anormalidade e excepcionalidade. Com essa perspectiva se tinha início a concepção da Educação Especial como o espaço de aglutinação dos “diferentes” e desviantes da escola, e como consequência a negação da escolarização universal, justificada como decorrência natural de

diferenças biológico-psicológicas. Dessa forma, a Educação Especial pode ser considerada, em muitos momentos, como uma modalidade pedagógica e de assistência à saúde¹. Junto com este tipo de prática pode-se supor que é introduzido, na escola, o discurso do médico. Na acepção de Donnangelo¹, esse discurso é construído numa “complexa dinâmica econômica e política na qual se expressam interesses e o poder de diversas classes sociais”, e, posto a serviço da estruturação simbólica, extensiva a todo o sistema escolar das representações de saúde e de doença, delimitando os seus respectivos campos de manifestação. O estudante com deficiência parece figurar como representante legítimo da “doença”, o qual precisa ter seu comportamento disciplinado através da instauração de um método e, para dizer melhor, de um discurso sobre a doença.

No Brasil destacamos, como um dos grandes arautos e expoentes desse discurso médico/psicologizante, o movimento dos higienistas, nas primeiras décadas do séc. XX. Esse movimento marcou presença na constituição do modelo de assistência à saúde e à educação escolar, instrumentalizando-os a serviço da legitimação do Estado Nacional emergente e das forças políticas as quais ele representava.

A proposta básica dos higienistas era estabelecer a “ordem sanitária”, médica e moral que abrangesse todo o espaço social, e com isso, ela contribuía para dar suporte ideológico à normatização estatal da sociedade, principalmente, no que se refere ao comportamento individual, à saúde física e a organização social, subordinado-os à ordem econômica e a política, fundamentada progressivamente em relações capitalistas de produção e no incremento da urbanização e da industrialização do país. Dessa forma, sua ação atingia aqueles que se situavam à margem da sociedade e que precisavam ser. A partir dos higienistas, várias mudanças eclodem nas escolas, coadunadas com o seu ideal e que atinge, inclusive, as pessoas com deficiência e a estruturação de sua educação escolar. A exemplo disso, temos no Estado de Pernambuco a figura de Ulisses Pernambucano, médico que propõe, de forma pioneira, um estreitamento das relações entre comunidade-escola- família, criando então o serviço de visitantes escolares (precursores na função de assistentes sociais). Além disso, ele cria também a primeira escola para excepcionais no Brasil, cuja finalidade era a experimentação de inovações pedagógicas e a aplicação de técnicas provenientes da psicologia científica emergente, isto é, uma psicologia que fazia apologia da mensuração das diferenças individuais através de testes de QI (quociente de inteligência). Face a esse contexto, a “deficiência” não era mais detectada a “olho nu” e tirada da comunidade (como ocorria no caso da clientela dos Institutos), mas a própria escola começava a se encarregar pelo diagnóstico, e triagem do alunado.

¹ DONNANGELO, M.C & PEREIRA, L. Saúde e Sociedade. 2a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

De forma sintética, podemos dizer, então, que a criação dos serviços de higiene escolar e a inserção da Psicologia, como instrumento fundamental para a elaboração de processos pedagógicos compatíveis com as “potencialidades individuais”, revelam a preocupação da Medicina com a saúde escolar. No entanto, isso refletia, no âmbito da educação especial nascente, que a “(...) educação do povo deveria ser colocada sob o signo neutro da ciência, alcançando-se as dimensões universais” (Monarcha, 1989, p.55), à medida que pregava a separação do “bom escolar”, daqueles que possuíam anormalidades intelectuais, morais e pedagógicas.

Tomando como referência as conceituações foucaultianas podemos dizer que o uso de testes psicométricos e de avaliação do “bom escolar” serviram como combinação das técnicas de hierarquia que “vigia” e as da “sanção que normaliza”, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. Nesse processo, forja-se um corpo social “homogêneo” pelo ajustamento/adestramento dos desvios e a produção da realidade pela fabricação da individualidade como fixação aposta sobre as singularidades de cada um, o que torna cada indivíduo, na acepção de Foucault² (1989, p. 170): “um caso que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc.” Cria-se a cama de Procusto nas escolas, excluindo as alteridades e não acolhendo as diferenças dos Outros sociais.

Nos anos 80 acontecerá uma mudança significativa: a pessoa com deficiência começa a ser vista e percebida por um outro olhar - o pedagógico (apesar de encontrarmos as marcas do discurso médico do século passado e primeira metade deste século). Assim, a tônica central da década de 80 será a redefinição das modalidades de serviços prestados às pessoas com deficiência e outros “desviantes”. A partir dessa década, cada vez mais a Educação Especial se torna modalidade pedagógica, definida de acordo com diretrizes de políticas educacionais e afastando-se assim da tradição médica. No Estado de Pernambuco esta mudança também se instala à medida que o próprio técnico em Educação Especial passa a condensar e aglutinar, além da função médico-pedagógica, uma função também humanitária na qual ela era atribuída, quase exclusivamente, a conquista, a participação, a inserção social e a própria cidadania das pessoas com deficiência. As associações e entidades representativas, no contexto dos anos 80, também tiveram papel preponderante na busca de um debate nacional a respeito das questões intra e extraescolares, acarretando uma ascensão dos serviços da educação especial a um patamar de melhor qualidade.

Na década de 90, o discurso que se insurge no cenário educacional brasileiro aponta caminhos que nos indicam que a pessoa com deficiência, está muito mais voltada para uma intervenção eminentemente pedagógica. Nesse sentido, abre-se espaço para que a pedagogia dê conta do caráter

² FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 8a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

interdisciplinar dos problemas da Educação Especial, e crie novas metodologias, propostas e diretrizes. Nessa direção destaca-se a proposta da “escola inclusiva”, a qual tenta dar conta dos diversos matizes, configurações e nuances de um sistema escolar a partir da diversidade social na qual estamos mergulhados. Podemos acreditar que o olhar “pedagógico” permite a presença de interlocutores distintos que passam a instigar, tensionar e inaugurar o discurso da “diferença”. E, aqui podemos indagar se foi introduzida uma nova fase de observação e de respeito às subjetividades das pessoas com deficiência? Podemos falar de uma ruptura efetiva do caráter de repúdio e exclusão promovidos pelo olhar médico/psicológico das primeiras décadas deste século?

Ou seja, a virada discursiva implementada na educação especial nas décadas de 80 e 90 da passagem de um discurso medicalizante/psicologizante para um discurso eminentemente político-pedagógico, gerou o respeito e a produção de novas subjetividades? Deixou de estigmatizar e normalizar os estudantes?

É válido ressaltar que aquele momento era permeado por palavras de ordem que duramente lograram êxito lingüístico e político, sendo abraçadas e difundidas pelos educadores brasileiros compondo uma espécie de dicionário pedagógico dos anos 80/90, corrente e consensualizado: democracia, exclusão, cidadania, hegemonia popular, sociedade civil, pluralismo... Nesse contexto, as pessoas com deficiência eram alçadas à condição de cidadãos ativos (em potencial), bastando, para tanto, um trabalho de reeducação da sociedade inclusiva que a preparasse para acolhê-los como membros iguais e singulares.

Podemos dizer, então, que falar de estudantes com protagonismo social, autonomia e independência, com cidadania ativa e interveniente é construir um discurso extremamente sedutor, com a vantagem de obter adesões fáceis porque mobiliza esferas de desejo reprimido, de fantasia de reconciliação, o que integra aquilo que está separado. Aqui, reaparece o nosso Procusto, figura lendária, que, mesmo oferecendo sua hospitalidade aos viajantes, atuava “esticando-os” e “cortando-os”, ou seja, enquadrando-os e normalizando-os. Façamos dele o representante dos que se utilizam de projetos assentados na re-educação. É válido destacar que o surgimento destas propostas emergiu em governos populares que tinham também caráter normalizadores, assim como Procusto.

Dentro dessa perspectiva, governos populistas, como o de Miguel Arraes em 1988- 1991, precisava falar em cidadania para todos os excluídos, inclusive as pessoas com deficiência mental (à época esta era a terminologia) e, transformando-os num objeto “pedagogizável” e “politizável”, constituindo-os discursivamente como esse objeto. A política do governo Arraes corporificava o esforço da moderna sociedade democrática de integração desses sujeitos, intrinsecamente diferentes, ao meio social. Atuava, portanto, exercendo um poder normalizador sobre esses indivíduos, à medida

que tentava submetê-los a um mainstream (corrente principal) do pensamento e a um vocabulário pedagógico dos anos 80, especialmente influenciado por teóricos como Gramsci (1978). Esses “governos” (e naquele momento poucas pessoas arriscariam não identificar o governo Arraes como “popular”) representavam uma espécie de “retorno do recalcado”: da derrota popular de 64, da repressão que se seguiu, reemerge o “reprimido” (o banido, o exilado), não para se vingar de seus censores, mas para realizar a obra sublime. Se a estratégia pulsional da burguesia “clássica”, como queria Marcuse, era orientar a institucionalidade para o mundo “sublime” da produção e do trabalho, desviando-a de objetos exteriores heréticos e subversivos, ali, naquele momento, a estratégia pulsional “popular” dirigia-se para outro alvo: a participação ativa na esfera pública, com vistas à transformação da qualidade de nossas relações sociais. Nesse contexto estava “dada a ordem” que nomearia todos os banidos, os reprimidos, os recalcados, os exilados do mundo civil em “excluídos”. E, se a exclusão é sinal de “objetivação”, a integração ativa ao espaço público é signo de “assujeitamento”, tornar-se Sujeito, para usar as concepções de Figueiredo³ (1995), sujeito político, evidentemente, dotado de consciência, poder de palavra e de ação, para interferir no curso de seu próprio destino, formulador de suas próprias demandas.

A pessoa com deficiência mental, já incorporada ao campo pedagógico da “reeducação”, surge agora não apenas como objeto pedagogizável, mas também “politizável”. Anexado à esfera indistinta dos “excluídos”, e abolida toda diferenciação interna, toda possível hierarquia, toda fronteira distintiva que pudesse separar os diferentes, os excluídos, ou hierarquizá-los segundo interesses sociais, culturais, profissionais, lá estava ele, a pessoa com deficiência mental, alçada à condição de cidadão ativo (em potencial), bastando, para tanto, um trabalho de reeducação da sociedade inclusiva que a preparasse para acolhê-la como membro igual e singular.

Numa sociedade que nem sequer se aproximou de um ideal democrático e republicano, do domínio público dos iguais, para a qual a diferença é traduzida em hierarquia e esta em privilégio, é compreensível que o entusiasmo da “re-democratização” tenha assaltado os espíritos: realizar a igualdade solicitada pela democracia, como ação e como conceito. E esse ideal de igualdade talvez tenha obtido dominância sobre a ideia de democracia como convivência pública dos diferentes.

Assim, podemos perceber que investigar a história discursiva da deficiência intelectual, a partir dos supostos teóricos que escolhemos, parece nos mostrar que, mais do que a existência de sujeitos desviantes da normalidade (o que também já constitui um discurso), essa história é uma constante apropriação por uma ordem (psiquiátrica, psicológica, pedagógica, política) do objeto “deficiência mental”, re-instituindo-se a cada passo. A sua subtração do universo específico do discurso psiquiátrico

³ FIGUEIREDO, Luís Cláudio. Modos de Sujetação no Brasil e outros escritos. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

e sua anexação ao domínio do pedagógico proporcionaram, ao nosso ver, a possibilidade de que aquele “objeto” ganhasse uma dimensão política inaudita numa cultura em que o pedagógico é compreendido como epifenômeno do político; fazer da deficiência mental campo de re-educação é permitir, rapidamente, o seu trânsito para a “intervenção” (política) na realidade.

No entanto, estudar a temática no terreno científico exclui, pela sua própria linguagem e propósitos de sistematização e análise, o indivíduo sobre o qual se fala, pois, como nos diz Mannoni (1995), “toda a palavra, enquanto o indivíduo nela se acha implicado, é discurso do Outro, parte do Outro”. Nesse sentido, podemos dizer que este texto, o nosso próprio texto, trata da pessoa com deficiência a partir da nomeação, da localização teórica e discursiva de um objeto de sociedade e cultura, mas ele não está “presente” senão como campo, como temática, como objeto de avaliação, como “política pública”. Ele não pode me ouvir. E, nesse sentido, “estudá-lo” é tratá-lo como “exterior”, como o outro de nós, pesquisadores. Em poucas palavras, é excluí-lo. Dessa forma, a própria gramática gerativa que rege o discurso sobre a pessoa com deficiência, ao decidir o que ele é e como deveria ser tratado social e pedagogicamente, revela a ambigüidade e o tom tutelar de um discurso “cidadão”.

No entanto, estudos como este servem para desvelar os diversos mecanismos de exclusão existentes no meio social e escolar construídos em camas de Procusto, e, gerando estigmas sociais microcapilarizados, como nos alerta Foucault. Nesse sentido, convocamos os nossos pares para a defesa do discurso da diferença, para inaugurar uma nova fase de respeito às subjetividades das pessoas com deficiência e para defender a premissa que “de perto ninguém é normal”!.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. L. B. et al. Proposta Pedagógica para a Área de Deficiência Mental. Cadernos de Educação Especial. Série Ensino, Recife, 1991.
- DONNANGELO, M. C.; PEREIRA, L. Saúde e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- FIGUEREDO, L. C. Modos de Subjetivação no Brasil e outros escritos. São Paulo: Escuta, [s.d.].
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FONSECA, V. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- GRAMSCI, A. Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico: alguns pontos de referência; problemas de filosofia e história; a ciência e as ideologias científicas. In: Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 11-63.
- JANNUZZI, G. S. M. História da Educação no Brasil: 1876 - 1935. 1985. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.
- LONGMAN, L. V. Algumas Concepções Norteadoras da Educação Especial em Pernambuco. Cadernos de Educação Especial. Série Ensino, Recife, 1991.
- MARCUSE, H. Eros e Civilização: uma crítica filosófica ao pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- McDERMOTT, R. P.; VARENNE, H. Culture as Disability. *Anthropology & Education Quarterly*, v. 26, n. 3, p. 324-348, 1995.
- MANNONI, M. A Criança Retardada e a Mãe. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.
- MONARCHA, C. A Reinvenção da Cidade e da Multidão: Dimensões da modernidade brasileira: a escola nova. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea, Série Memórias da educação).
- PERNAMBUCO. Plano Estadual 1988/1991. Recife: Inojosa, 1988.
- WANDERLEY MOREIRA, F. S. Expressões e Silêncios do Discurso Cidadania-Deficiência Mental: Uma Abordagem Histórico-Discursiva do Plano Estadual de Educação 1988-1991. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- WANDERLEY MOREIRA, F. Na Contramão das Limitações: a produção de sentido na deficiência mental. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.